

# Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



Título do Trabalho			
<b>BONAPARTISMO E ONTONEGATIVIDADE DA POLÍTICA EM MARX</b>			
Autor	Instituição (por extenso)	Sigla	Vínculo
Vânia Noeli Ferreira de Assunção	Universidade Federal Fluminense	UFF	Prof. Adjunto
Resumo (até 150 palavras)			
<p>Neste texto discute-se o bonapartismo e, por extensão, a política e o estado em obras de Karl Marx (1818-83). Faz-se uma análise imanente das obras do pensador alemão atinentes ao tema, reproduzindo-as analiticamente. Para compreender a universalidade e a especificidade do bonapartismo, começamos com a exposição das principais anotações marxianas sobre as revoluções de 1848 na França e discutimos sua visão do golpe e do governo bonapartista. Também expomos a descoberta marxiana da ontonegatividade da política e mostramos sua concatenação na abordagem da Comuna de Paris, que aponta como a antítese direta do bonapartismo e a respeito da qual faz das mais detalhadas discussões acerca do estado burguês e da necessidade de sua derrocada, da ontonegatividade da política e da autoemancipação insurrecional da classe operária.</p>			
Palavras-chave (até 3)			
Bonapartismo; marxologia; teoria política marxista			
Abstract (até 150 palavras)			
<p>In this paper we discuss the Bonapartism and, by extension, politics and the state in the works of Karl Marx (1818-83). It should be an immanent analysis of the works of the German thinker pertaining to the subject, reproducing them analytically. To understand the universality and specificity of Bonapartism, we start with the exposure of the main Marxian notes on the 1848 revolutions in France and discussed his vision of the coup and the Bonapartist government. Also expose the Marxian discovery of ontological negativity of politics and show their concatenation in the Commune of Paris approach, which points as the direct antithesis of Bonapartism and about which is the more detailed discussions of the bourgeois state and the need for his downfall, the ontological negativity of politics and insurrectionary self-emancipation of the working class.</p>			
Keywords (até 3)			
Bonapartism; marxology; Marxist political theory			
Eixo Temático			
Poder, Estado e luta de classes			

A categoria *bonapartismo* é de importância ímpar para a apreensão do ideário marxiano<sup>1</sup>, de forma muito especial no que tange às suas concepções políticas. Por seu tratamento privilegiado e por sua análise ampla, o bonapartismo permite (e exige, em certos casos) a discussão de uma pletera de temas afins, todos de importância cabal para bem compreender o pensamento de Marx. A partir das discussões sobre esta temática, podemos levantar problemas referentes à sua concepção de política (em geral e, em particular, a questão do estado e dos partidos, da democracia, do sistema parlamentar representativo, do sufrágio universal), da ideologia, da luta de classes, da constituição específica das formações nacionais, da revolução proletária e de suas diferenças quanto às revoluções burguesas, entre outros. Intentamos aqui demonstrar que, muito longe de ser inexistente ou lacunar, a problematização marxiana da política é robusta, e o entendimento do bonapartismo é parte importante desta tarefa, já que só sobre acontecimentos específicos como este podemos ter acesso à reflexão de Marx sobre o tema.

Para o correto entendimento do bonapartismo, faz-se necessário retroceder um pouco e verificar as circunstâncias históricas francesas que levaram ao aparecimento deste fenômeno.

O ano de 1848 foi fundamental para a constituição do pensamento marxiano: não houve domínio de sua teoria em que os acontecimentos daquele período não deixassem sua marca indelével. Marx afirmava que as revoluções daquele ano “Proclamaram, de forma ruidosa e ao mesmo tempo confusa, a emancipação do proletariado, esse segredo do século XIX e da sua revolução” (MARX, s/d “a”, p. 298). O pensador alemão as considerava a primeira grande batalha entre as duas principais classes da sociedade capitalista, a burguesa e a proletária. No bojo desta pugna, a burguesia impôs inúmeras derrotas aos trabalhadores, mas somente ao preço de evidenciar que era uma peleja que não opunha meros adversários, mas inimigos figadais. Foi forçada a desvelar a natureza selvagem de sua dominação, dissipando as ilusões ainda tão presentes no imberbe movimento operário e obrigando-o a buscar uma saída própria e revolucionária para a exploração em que vivia, desvencilhando-se do antigo aliado.

Para Marx, as diferenças dinásticas entre as frações burguesas (legitimistas e orleanistas) da França de então tinham como fundamento último as condições materiais de sua existência, a disputa pela hegemonia entre duas formas de propriedade (um latifúndio já capitalista e o capital industrial e comercial). A deparar-se com um proletariado em ascensão, a burguesia apressou-se em superar tais distinções e garantir-se uma supremacia o mais tranquila possível naqueles tempos incertos. Segundo Marx, o “*reino anônimo da república* era o único no qual ambas as facções podiam afirmar,

---

<sup>1</sup> Empregamos o termo “marxiano” como referência exclusiva à produção teórica da própria pena de Marx, reservando o termo “marxista” para as diversas correntes de seus seguidores, inclusive Engels.

governando em uníssono, seus interesses comuns de classe, sem renunciar a sua mútua rivalidade” (MARX, 1989a, p. 358). Tal república era nada menos que a *forma de dominação perfeita da burguesia*, o “regime geral da classe burguesa” (MARX, 1989a, p. 359; 1986, p. 42). O segredo da república, no seu entender, estava em oferecer àquela classe, acima de suas subdivisões, a possibilidade de governar em nome do povo.

Na república, as lutas de classes, reduzidas a duas grandes classes sociais, atingiam sua manifestação mais clara, reveladora e simplificada (MARX, 1989b, p. 83). Com a sangrenta repressão das Jornadas de Junho, ficava evidenciado o caráter de “franco terrorismo de classe” burguês da república contra os operários. Era o arranque da guerra civil entre capital e trabalho, no bojo da qual o primeiro se valia de todo um aparato estatal contra o segundo e que só poderia redundar, naquela quadra histórica, em derrota para o proletariado. A república era, naquele momento, a forma política que angariava o apoio de uma base social mais ampla e coesa e que representava, objetivamente, um avanço, no sentido de solidificar a dominação burguesa e desvelar a luta de classes. Mas as ilusões que tinham os trabalhadores acerca desta forma de governo agonizaram e feneceram com eles nas barricadas de Junho.

Embora uma forma política avançada no período de que Marx falava, a república não perde seu caráter de dominação e seus limites. Ressalte-se o caráter representativo e toda uma série de senões, instituídos por ela mesma, ao exercício dos direitos políticos pelas classes populares. Quando nenhuma destas providências é capaz de manter a luta de classes em seus estágios iniciais, mais latentes, os rebentos nutridos no interior da própria república dão origem a outras formas de domínio burguês. Uma delas é o bonapartismo.

### ***O coup de tête de Luís Bonaparte***

Buscando elucidar o bonapartismo, Marx relembra que Luís Bonaparte fora eleito carregando consigo todos os partidos em aliança contra a república burguesa instituída. Sua eleição era, para os camponeses, um ataque frontal à república burguesa do arrecadador de impostos e uma tentativa de obrigar ao reconhecimento de seus interesses de classe. Para o proletariado, o afastamento de instituições e pessoas que representavam a derrota de Junho. Para a pequena burguesia, o robustecimento da pequena propriedade endividada contra o credor. Para boa parte dos grandes burgueses, o banimento do setor republicano – portanto, uma ponte para a monarquia. Por fim, para o exército, um ataque contra a guarda móvel e pela guerra. Marx reiterava que somente aquele

personagem sensaborão, absolutamente insignificante, poderia representar interesses tão díspares e aparecer revestido de tamanha significação.

O partido da ordem – coalizão das duas grandes facções burguesas – teve grande papel na desonra do parlamento que seria banido por Bonaparte. Mas, antes, o ajudaria no desbaratamento de todas as instituições e representantes que tivessem quaisquer veleidades caracteristicamente democráticas, no fortalecimento do exército, no enfraquecimento do legislativo e da imprensa e nos ensinamentos sobre como apelar ao povo contra as assembleias parlamentares. A burguesia abandonara todas as suas quimeras democráticas e condenava agora o que antes defendera como liberal, qualificando-o como “socialismo”. O pavor da revolução proletária compeliu a burguesia francesa “a aniquilar, por um lado, as condições vitais de todo o poder parlamentar e portanto inclusive o seu próprio, e, por outro lado, a tornar irresistível o poder executivo que lhe era hostil” (MARX, 1986, p. 59).

O partido social-democrata, por seu lado, cometeu equívocos de condução e obrigou as massas a despendar suas energias em conquistas eleitorais. Quando da aprovação da nova legislação eleitoral, que abolia o sufrágio universal – um verdadeiro golpe de estado da burguesia contra o povo e, supostamente, contra Bonaparte, que recebera seis milhões de votos –, o partido instou os espíritos à ordem. Avaliações incorretas da situação, atuação inconsistente, fraseologias, dubiedades e tibieza fizeram parte de suas características.

O grande problema com que se batiam as diversas facções burguesas era, contudo, a eleição presidencial de maio de 1852. Em sua luta contra o povo e para fortalecer seu poder comum, o partido da ordem cumulava de poderes o executivo, nas mãos de Bonaparte, robustecendo suas pretensões dinásticas e as probabilidades de opor-se com sucesso à constituição, que proibia reeleição. Mas o partido recuava diante da possibilidade de um conflito decisivo com o poder executivo: temia que as vitórias contra a revolução lhes escapassem e que uma nova era de intranquilidade social se acendesse. Desta forma, o burguês via a eleição como uma ameaça a tudo que conquistara, a toda a ordem burguesa, e recusava-se a se expor a malogro.

De sua parte, Bonaparte também procurou se fortalecer, restaurando a aristocracia financeira por meio de sua representação no governo (e conseguindo, assim, seu apoio), tomando o controle da polícia, fazendo a propaganda bonapartista. Não satisfeito, ainda labutou por conquistar inúmeras parcelas da sociedade, entre as quais a soldadesca, empregando para tanto meios tão ou mais indecorosos que os da assembleia e lançando mão de sequazes originados das classes sociais mais baixas. Logo, ele – que tinha no lumpemproletariado sua força típica e que era visto como um fantoche pela burguesia – considerou-se suficientemente forte para tomar unicamente para si o

controle do governo. Em sua peleja contra o partido da ordem, deixaria claro que também não respeitaria a constituição, da mesma maneira que tal partido não respeitara a legislação eleitoral ao combater o povo. E ia tentando a disposição da assembleia nas mais variadas direções, espreitando sorrateiramente à procura de uma oportunidade de passar à ofensiva.

Entrementes, o parlamento estava em franco processo de autodegradação, tendo, em várias e importantes ocasiões, evitado conflitos com o poder executivo. Nesse ínterim, a assembleia tinha, por força do calendário, de deliberar sobre a reforma da constituição e a possibilidade de reeleição de Bonaparte. Apenas prorrogar a autoridade do presidente deixaria aberto o caminho para o império; uma revisão que eliminasse a república poria em choque as pretensões dinásticas das facções burguesas. O que estava em jogo era, no fundo, a manutenção ou a deposição do presidente – a maioria da assembleia se declarava a seu favor, mas, pela constituição, prevaleceu a determinação da minoria, contrária.

A classe burguesa, impaciente e inquieta, reclamava um “governo forte” e perscrutava o horizonte à procura de uma crise comercial geral e do aumento das hostes socialistas. Era, ainda, torturada pela intranquilidade política: os boatos de golpes de estado e de restauração do sufrágio universal, as conspirações monarquistas, a organização comunista, as disputas entre parlamento e executivo, os rangidos dos republicanos, que afirmavam que defenderiam a constituição e o sufrágio universal até pelas armas. Assim, no âmbito da vida extraparlamentar, a burguesia irritava-se por suas frações parlamentares despenderem energias em questões menores e comprometerem a ordem e a tranquilidade naquelas arrelias com Bonaparte. Irritava-se diante daquela “doença peculiar”, “o cretinismo parlamentar, que mantém os elementos contagiados firmemente presos a um mundo imaginário, privando-os de todo senso comum, de qualquer recordação de toda compreensão do grosseiro mundo exterior” (MARX, 1986, p. 86).

A fração da burguesia comercial conhecida como aristocracia financeira condenava, por desordeira, a disputa dos representantes parlamentares do partido da ordem contra o poder executivo; ainda mais, torcia e vibrava diante de cada vitória do presidente, triunfos da ordem. Marx lembrava como, já àquela época, toda a banca financeira tinha relações e interesses estreitos com o crédito do estado, parte de seu capital era invertida em títulos públicos; porções do capital de que dispunha e que emprestava a comerciantes e industriais também provinham, pelo menos parcialmente, dos dividendos de títulos do governo. A estabilidade do poder público era, portanto, vital para o mercado financeiro, ainda mais em épocas conturbadas, como aquela.

À burguesia industrial, defensora radical da ordem, também importunavam aquelas pendengas parlamentares com o presidente. Mesquinha e estreita, exigia que, sem mais delongas e discussões,

seus representantes na Câmara permitissem a transferência do poder militar desta para o aventureiro Bonaparte. “Demonstrou que a luta para manter seus interesses públicos, seus próprios interesses de classe, seu poder político, só lhe trazia embaraço e desgostos, pois constituía uma perturbação dos seus negócios privados.” (MARX, 1986, pp. 97-8)

Por tudo isso, durante o recesso parlamentar, em agosto, os Conselhos Gerais dos Departamentos (representantes da burguesia provinciana) aprovaram a reforma constitucional, impingindo ao parlamento mais uma derrota. A burguesia, desejosa de tranquilidade para realizar seus negócios, também voltou suas baterias contra sua própria imprensa, cada vez que esta desocultava as aspirações usurpatórias de Bonaparte. Impunha, desta maneira, multas e descabidos períodos de encerramento sempre que os jornais burgueses procuravam defender os direitos políticos de sua classe.

No que se refere à assembleia, fora como que acometida de uma doença degenerativa, que a levava ao tûmulo um pouco a cada dia. Adiou a análise do projeto de restauração do sufrágio universal, proposto por Bonaparte, acabando por rejeitá-lo. “Rasgou, assim, seu mandato uma vez mais; uma vez mais confirmou o fato de que se transformara, de corpo de representantes livremente eleitos pelo povo, em parlamento usurpador de uma classe” (MARX, 1986, p. 106). Como de outras vezes, pôs o exército na posição de mediador entre ela e o povo, entre ela e Bonaparte, reconhecendo na força armada um poder estatal decisivo e demonstrando que não ambicionava mais dominá-lo. Trazer ao debate um direito, em vez de efetivá-lo, era prova de que duvidava dele e, ao fim e ao cabo, o rechaço do projeto testificava sua impotência. Por fim, perdeu até a capacidade de realizar acordos e concretizar maiorias; nada mais unificava seus membros constituintes. Era o fim, faltava apenas decretá-lo.

De sua parte, a partir do momento em que se acreditou suficientemente potente para levar a cabo seu prístino anseio dinástico, Bonaparte se desfez da aparência submissa e passou a enfrentar sem arestas a assembleia. Podia arrostá-la porque tinha detrás de si uma grande massa que a odiava pelos motivos mais díspares. A república burguesa havia mostrado às claras, sem pejo e até com algum orgulho, suas proezas de alcova e poucos ainda a viam como cândida e imaculada. Estéril, hipócrita, mesquinha, reacionária e repressora, morreu de morte morrida; Bonaparte apenas lhe atestou o óbito. Ele foi capaz de perceber o momento propício e, por outro lado, o prazo se extinguindo – pôs mãos à obra para a realização de sua ideia fixa, o golpe, que nem mesmo conseguia ocultar, mas que, muitas vezes, estava fraco demais para implementar.

No embate com o presidente, a assembleia primeiro repeliu o exército – com o que demonstrava sua incapacidade para governar – e o deixou à disposição de Bonaparte, depois o

convocou em seu socorro, conferindo-lhe uma pretensa potência moderadora. Acabou sendo submetida ao poder que ela mesma lhe concedera. Diante do golpe, o parlamento, defunto sem inumação, ademais acéfalo, “abandonado por sua própria classe, pelo exército e por todas as demais classes” (MARX, 1986, p. 18), esperneou um pouco e sucumbiu. Já o presidente tinha amealhado partidários, se não por sua extrema capacidade de liderança, pelo fato de deter nas mãos o poder executivo, ao qual se relacionavam inúmeros interesses.

À questão autoposta sobre a irresistência do proletariado àquele golpe, Marx respondia que a queda da burguesia só fora anunciada, não efetivada, e que “Qualquer insurreição séria do proletariado teria imediatamente instilado vida nova à burguesia, a teria reconciliado com o exército e assegurado aos operários uma segunda derrota de junho” (MARX, 1986, p. 112). O proletariado tinha motivos históricos de sobra para hesitar em lutar sob o comando do partido democrático. Ademais, os dirigentes do proletariado parisiense, os comandantes das barricadas, Bonaparte teve o cuidado de afastá-los na mesma madrugada do golpe.

Marx ressaltava que a burguesia francesa, que não admitia a ideia de um governo proletário, levou ao poder o lumpemproletariado; vivia aterrorizada pela anarquia vermelha, mas eminentes burgueses foram fuzilados pelo exército da ordem. Novamente, o medo do proletariado levou à carnificina. E por responsabilidade da burguesia, que cultuou a espada que agora se voltava contra ela – reprimida, vigiada, emudecida pelo assalto a sua imprensa, imobilizada pelo estado de sítio, julgada por comissões militares, exilada sem julgamento, recebia de volta tudo que havia feito ao proletariado. Também a classe média sacrificou sua liberdade e seu poder políticos à conservação de seus capitais, submetendo-se ao despotismo militar e burocrático: “É então que se pode assistir à extensão espasmódica de manufaturas, de minas, de caminhos de ferro e da navegação a vapor”, processo em que “se esforçava por compensar suas falhas políticas pelas vitórias industriais, sua impotência coletiva pela riqueza individual” (*apud* RUBEL, 2002, p. 381). Contudo, este mesmo movimento que fazia crescer sua riqueza reforçava seu poder social e a impulsionava a querer fazer valer seus próprios interesses. Seus grilhões políticos então a atormentavam, o círculo continuava: tinha – trabalho de Sísifo – de ser permanentemente combatida.

O próprio Bonaparte considerava-se representante dos interesses dos camponeses e do povo perante a burguesia, visando à melhoria de sua situação no interior da sociedade burguesa – donde, diligências próximas ao que pregavam os “verdadeiros socialistas”. Propalava que salvaria a classe operária do despotismo da burguesia com a demolição da república parlamentar, tão descaradamente sujeita às classes possuidoras; a estas, assegurava que manteria sua soberania econômica, salvando-as da “supremacia vermelha”. Assim, “se via obrigado ao mesmo tempo como saqueador e como

benfeitor patriarcal de todas as classes” (MARX, 1987c, p. 170). De acordo com Marx, a posição que mais prezava era, entretanto, a de representante do lumpemproletariado, cujo objetivo ingente era granjear benefícios para si e sua súcia, independentemente da maneira. A grande questão que se lhe apresentava era a melhor maneira de roubar a França para presentear a França – evidentemente, embolsando algum. O mais extraordinário é que se fizesse tudo isto como pretexto para salvar a propriedade privada do socialismo (MARX, 1987a, pp. 69ss).

Sob o bonapartismo, havia na França, de par com a miséria do proletariado, “todo o sistema de crédito tornado uma colossal empresa de pura escroqueria sob a direção do imperador do lumpemproletariado” e da aristocracia financeira (MARX; ENGELS, 1976, p. 1). Marx frisava seu *caráter econômico novo*, resultado da combinação de *sociedades anônimas* com a atividade *industrial*. Criticava, ainda, a inversão de capitais (advindos de um número gigantesco de sociedades industriais) não na produção, mas apenas com fins especulativos. Neste mister desenvolvimentista, entre outros malefícios, o segundo império mais que dobrou a dívida nacional, impingindo às municipalidades dívidas gravosíssimas (MARX, s/d “b”, p. 71). Entretanto, sob sua égide, as finanças internacionais puderam angariar vultosos lucros, num verdadeiro “jubileu da trapaça cosmopolita” (MARX, s/d “b”, p. 87). De fato, era inédita a “febre da especulação financeira” por que passou a França no período. Ainda, apontava a corrupção e o jogo de interesses escusos entre Bonaparte e um grupo da burguesia, a quem eram concedidas explorações ferroviárias, aquedutos etc. (MARX; ENGELS, 1976, p. 316).

Em momentos de crise, Marx salientava, que “só uma guerra exterior poderia prolongar a dominação do golpe de força na França e, portanto, o reino da contrarrevolução na Europa”. De fato, as investidas bonapartistas no estrangeiro tinham como fito perpetuar sua dominação interna, estender suas fronteiras e, finalmente, entre outros objetivos, “forçar os povos a se esforçar numa guerra da contrarrevolução legítima contra a contrarrevolução ilegítima” (*apud* RUBEL, 2002, p. 420). O apelo à guerra era fundamental para alguém que “pelo eco de uma glória passada, tinha monopolizado a imaginação das massas francesas”, para a qual os sucessos militares eram tão importantes (*apud* RUBEL, 2002, pp. 345-6). Não obstante, comparativamente às batalhas de Napoleão, as bonapartistas revelavam a pequenez do novo imperador: em vez de aliados que pusessem suas tropas próximo do centro operacional, levava-as para longe; em vez de tomar como vencedor as capitais dos países da Europa moderna, ocupava países de segunda ordem, da Europa antiga, e punha suas tropas em becos sem saída. O selo da decadência estava inescapavelmente preso à sua face.



## ***O complexo categorial do bonapartismo***

Reproduzimos, agora, sínteses das considerações de Marx acerca dos acontecimentos históricos do período, abstrações razoáveis que apreendem os lineamentos básicos deste fenômeno histórico, centro de nossas análises. Há que atender primeiramente para o fato de que, segundo Marx, a república burguesa não havia sido transformada num monstro com o golpe de Bonaparte, mas apenas assumia sua verdadeira fisionomia: “A república não perdeu senão a aparência de respeitabilidade. A França de hoje já estava contida, em sua forma completa, na república parlamentar.” (MARX, 1986, p. 111) Aqueles acontecimentos apenas deixavam claro que

em países de velha civilização, com uma estrutura de classes desenvolvida, com condições modernas de produção, e com uma consciência intelectual na qual todas as ideias tradicionais se dissolveram pelo trabalho de séculos – a república significava geralmente apenas a forma política da revolução da sociedade burguesa e não sua forma conservadora de vida (MARX, 1986, p. 26).

Na república a atuação da burguesia pressupõe a participação popular, de massas, na sua luta contra os inimigos comuns representantes do mundo em decomposição, e o tipo de domínio político mais apropriado é justamente o republicano. Agora, porém, a nação não só tomava como sua vontade a lei da classe dominante, mas renunciava até a ter vontade. Marx salientava que, diferentemente do parlamento, o poder executivo expressa a heteronomia de uma nação, e o bonapartismo, um momento em “que todas as classes, igualmente impotentes e igualmente mudas, caem de joelhos diante da culatra do fuzil (MARX, 1986, p. 113).

A revolução, entretanto, era mais profunda do que aparecia então – atuava tal qual uma “velha toupeira”. Iniciara seu trabalho “aperfeiçoando o poder do parlamento, a fim de poder derrubá-lo. Uma vez conseguido isso, aperfeiçoa o poder executivo, o reduz a sua expressão mais pura”, aguça suas contradições internas, aplica todas as energias na sua destruição (MARX, 1986, p. 113). Estava, portanto, apenas na segunda metade de um trabalho preliminar.

Aquela “imensa organização burocrática e militar” que constituía o poder executivo e seu exército de parasitas surgira do – e apressara o – declínio do sistema feudal, ainda na era da monarquia absoluta. Apropriara-se de elementos daquela antiga situação, transmutando-os tanto quanto necessário aos seus próprios interesses: os privilégios senhoriais viraram atributos do poder do estado, os dignitários feudais passaram a ser funcionários pagos e a miríade de antagônicos poderes absolutos medievais foi reorganizada por um poder estatal centralizado. No processo de construção da nação unificada, a Revolução Francesa de 1789 daria andamento à tarefa que a monarquia absoluta iniciara: a centralização, o âmbito, os atributos e os agentes do poder governamental. Napoleão aperfeiçoara

este aparelho e as monarquias francesas do século XIX apenas dividiram melhor as tarefas, para fazer face à maior divisão do trabalho dentro da sociedade burguesa, de que derivavam novos interesses a ser administrados pelo estado. Neste processo,

Todo interesse comum (*gemeinsame*) era imediatamente cortado da sociedade, contraposto a ela como um interesse superior, geral (*allgemeins*), retirado da atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto da atividade do governo (MARX, 1986, p. 114).

Por fim, com o fito de abalroar a revolução, a república parlamentar contribuía com medidas repressivas e com recursos para a centralização do poder governamental. “Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, ao invés de destruí-la. Os partidos que disputavam o poder encaravam a posse dessa imensa estrutura do estado como o principal espólio do vencedor.” (MARX, 1986, p. 114)

Em outros momentos, a burocracia havia sido um meio para facilitar a chegada da burguesia ao poder; desde a Restauração, tornara-se instrumento da classe dominante, mas “Unicamente sob o segundo Bonaparte o estado parece tornar-se completamente autônomo”, de forma que um indivíduo medíocre como Bonaparte podia estar à sua testa (MARX, 1986, p. 114). Além de valer-se da burocracia, a burguesia assombrada pelo fantasma vermelho não hesitou em convocar os soldados armados para adjurá-lo, mesmo que, para isto, tivesse de abdicar de seus próprios poderes espirituais. Lembra Marx que a influência do exército fora significativa na vida política francesa do século. Há que atentar, porém, para a especificidade do governo Bonaparte:

São certamente classes diferentes que reinaram sob o império, a restauração, Luís Felipe e a república de 1848. [...] Todavia, todos esses regimes se apoiavam igualmente no exército. [...] se, no passado, a classe dominante, cujo poder correspondia a um desenvolvimento específico da sociedade francesa, apoiava-se em última instância no exército, o interesse social específico predominava sempre. Sob o segundo império, o que predomina é o interesse do exército, que não tem mais por tarefa manter a supremacia de uma parte da nação sobre a outra: ele é chamado a manter sua própria dominação personificada pela sua própria dinastia sobre o povo francês em seu conjunto. Ele deve representar o *estado* em seu antagonismo com a *sociedade*. (Apud RUBEL, 2002, pp. 363-4)

Assim, o bonapartismo é a forma *plena, absoluta*, da separação e oposição entre *estado* e *sociedade civil*. Ou seja, leva às últimas consequências a tendência de autonomia do estado inerente a esta instituição, de que o exército faz parte. O recurso à força armada contra a sociedade, sempre latente, é radicalizado em momentos de aguda crise social. O domínio do sabre se estende a todos e supostamente é neutro e arbitral. Mas “o poder estatal não está suspenso no ar. Bonaparte representa uma classe, e justamente a classe mais numerosa da sociedade francesa, os pequenos (*Parzellen*) camponeses” (MARX, 1986, p. 115). Poder executivo autonomizado, este se arvorava guardião da ordem burguesa, calçada na classe média.

Com tudo isso, o trato bonapartista com as classes sociais só poderia ser desencontrado, donde uma “constante insegurança prática” e toda uma série de contraditórias medidas tomadas por Bonaparte, muitas das quais objetivavam corrigir efeitos de diligências anteriores, que haviam atingido o interesse de alguém que queria como aliado. Ele “gostaria de aparecer como o benfeitor patriarcal de todas as classes. Mas não pode dar a uma classe sem tirar de outra” (MARX, 1986, p. 125). Vendo-se compelido a tal pelas exigências contraditórias, “produz uma verdadeira anarquia em nome da ordem, ao mesmo tempo em que despoja de seu halo toda a máquina do estado, profana-a e torna-a ao mesmo tempo desprezível e ridícula” (MARX, 1986, p. 126).

Bonaparte, porém, não poderia ser totalmente responsabilizado pela decadente situação. Afinal,

A independência do estado só se dá, hoje em dia, naqueles países em que os estamentos ainda não se tenham desenvolvido totalmente até se converter em classes, onde ainda desempenham certo papel os estamentos, eliminados já nos países mais avançados, onde existe certa mescla e onde, portanto, nenhuma parte da população pode chegar a dominar sobre as demais (MARX; ENGELS, 1985, p. 72).

De fato, o bonapartismo, assegurava Marx, “era a única forma de governo possível, num momento em que a burguesia já havia perdido a capacidade para governar o país e a classe operária ainda não a havia adquirido” (MARX, s/d “b”, p. 80). Sob o tacão bonapartista, “a sociedade burguesa, livre de preocupações políticas, atingiu um desenvolvimento que nem ela mesma esperava. Sua indústria e seu comércio adquiriram proporções gigantescas; a especulação financeira realizou orgias cosmopolitas”. Como contraste a esta “ultrajante ostentação de um luxo suntuoso, falso e vil”, a miséria das massas (MARX, s/d “b”, p. 80).

De acordo com Marx, Bonaparte, além de ter sido sustentado pela “profunda ignorância nas regiões rurais”, “usurpou o poder explorando a guerra de classes na França e o perpetuou mediante guerras periódicas no exterior” (MARX, s/d “b”, p. 53). Avaliava que a belicosa política exterior bonapartista estava “orientada para objetivos criminosos”, punha “em jogo preconceitos nacionais e dilapida em guerras de rapina o sangue e as riquezas do povo” (MARX, s/d “e”, p. 52). Bonaparte “era astucioso o bastante para compreender que a guerra deve sempre ser mais ou menos popular” numa nação como a francesa (*apud* RUBEL, 2002, pp. 345-6). Bonaparte era, contudo, desprovido das capacidades estratégicas e das possibilidades históricas de seu ídolo Napoleão, enredando-se em situações vexatórias. Marx comparava sua pretensiosa estratégia militar à “mediocridade” da administração interna, mas destacava que os efeitos bastante nefastos de ambas poderiam contribuir para abrir uma brecha na qual o proletariado revolucionário faria intervir seus desígnios.

Todo este conteúdo ignóbil era resultado da situação histórica e das lutas de classes, no decorrer das quais a burguesia instituíra seu poder e passara a lutar para conservá-lo. Em tal situação,

não poderia mais se valer de formas de governo a seu talante, já que a segurança e a ordem eram seus principais anseios. Marx sublinhava que

O imperialismo é a forma mais prostituída e, ao mesmo tempo, a última forma daquele poder estatal que a sociedade burguesa nascente havia começado a criar como meio para emancipar-se do feudalismo e que a sociedade burguesa adulta acabou transformando em um meio para a escravização do trabalho pelo capital (MARX, s/d “b”, p. 80).

Depreende-se da análise de Marx que não se pode designar o período de dominação de Napoleão Bonaparte como *bonapartista*, rigorosamente falando. Sob Napoleão I a burguesia ainda estava em período ascendente e, como Marx muitas vezes enfatizou, ele veio consolidar a Revolução Francesa: “criou na França as condições sem as quais não seria possível desenvolver a livre concorrência, explorar a propriedade territorial dividida e utilizar as forças produtivas industriais da nação que tinham sido libertadas” (MARX, 1986:18). Para Marx, “Na pessoa de Napoleão, a burguesia liberal encontrava mais uma vez erigido contra ela o Terror revolucionário” (MARX; ENGELS, 1985, p. 186). Ele

*Levou a cabo o Terror substituindo a revolução permanente pela guerra permanente. Satisfez, até à saturação, o egoísmo do nacionalismo francês, mas exigiu, por outro lado, que a burguesia sacrificasse seus negócios, os seus prazeres, a sua riqueza etc. sempre que assim o exigiam seus fins políticos [...]. Se oprimia despoticamente o liberalismo da sociedade burguesa [...], tampouco cuidava dos interesses materiais essenciais dessa sociedade, o comércio e a indústria, cada vez que entravam em conflito com os seus interesses políticos. (MARX; ENGELS, 1985, p. 186)*

Desta forma, mesmo compreendendo que a essência do estado moderno está no desenvolvimento da sociedade burguesa – que se propusera defender –, Napoleão considerava o estado seu próprio fim, e a sociedade burguesa, sua subordinada, de forma que os descontentes homens de negócios foram os responsáveis pelas primeiras trincas em seu poder. Marx destacava, ademais, o papel revolucionário que as conquistas napoleônicas tiveram na Europa, espalhando os princípios revolucionários e empuxando os estados a um nível mais moderno: “além das fronteiras da França ele varreu por toda parte as instituições feudais, na medida em que isto era necessário para dar à sociedade burguesa da França um ambiente adequado e atual no continente europeu” (MARX, 1986, p. 18).

Napoleão Bonaparte teve, neste sentido, um papel histórico *progressista*. Já o bonapartismo representou um retrocesso imenso em relação à forma de governo mais moderna que a burguesia francesa construía no decorrer da conquista de sua dominação. O bonapartismo é a *forma clássica* de supremacia da burguesia em seu período contrarrevolucionário; o regime bonapartista é o representante mais autêntico da contrarrevolução burguesa, símbolo da decadência e da mesquinha em que vivia a burguesia agora contrarrevolucionária, a *única forma de governo possível* numa

sociedade na qual a burguesia já estava em decadência, tinha perdido a iniciativa política, e o proletariado ainda não alcançara maturidade suficiente para impor sua própria pauta. A classe dos expropriadores abandonava, assim, sua história de um século de lutas e jogava suas instituições aos chacais. A própria forma avançada de estado a que havia chegado a burguesia francesa foi atirada ao monturo da história: era sua própria segurança que estava em jogo.

## A crítica à politicidade

Ao retomar historicamente o desenvolvimento da classe burguesa, de suas lutas e das revoluções que foi obrigada a levar a cabo – com um “papel eminentemente revolucionário” –, Marx frisava que a cada conquista econômica esta galgava um degrau político (MARX; ENGELS, s/d “f”:24), até que tomou o poder e instituiu uma dominação política com sua face. O moderno estado corresponde à propriedade privada moderna, tendo sido entregue completamente nas mãos dos proprietários privados pelo sistema da dívida pública e cuja existência depende do crédito fornecido por estes. Emancipada a propriedade privada, o estado adquire existência especial, à margem da sociedade civil, um poder estatal que “não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, s/d “f”, p. 23).

Marx entendia que todas as lutas travadas no interior do estado não eram senão formas ilusórias das lutas reais entre as diversas classes sociais; contrapunha-se ao “entendimento político” que, quando se defronta com anomalias sociais, desde logo as atribui a leis naturais – portanto, inatingíveis pelo poder humano – ou à vida privada – imune à sua ingerência – ou, ainda, a alguma transgressão administrativa: “*todos os estados buscam nos defeitos casuais ou intencionais da administração a causa de seus males e recorrem, portanto, a medidas administrativas para remediá-los*”. O estado “descansa na contradição entre a *vida pública* e a *vida privada*, na contradição entre os *interesses gerais* e os *interesses particulares*”, pelo que só pode desenvolver “uma atividade *formal e negativa*, pois sua ação termina ali onde começa a vida civil e seu labor” (MARX, 1987d, pp. 513-4). Por isso, concluía Marx, a impotência é a face mais íntima da administração.

Para o filósofo, pensar o mundo pelo viés político é, por si próprio, limitante e marcado pela incompreensão dos fundamentos reais dos problemas sociais. Significa, ainda, ver “o fundamento de todos os males na *vontade* e os meios para remediá-los na *força* e na derrubada de uma *determinada*

forma de governo”, atribuindo-os ao “fato de que não seja ele, mas seu concorrente, quem empunha o *timão do estado*” (MARX, 1987d, pp. 512-3; 518).

De acordo com o filósofo, há um conflito entre o *estado político* e a *sociedade civil*, uma contradição entre o cidadão, de um lado, e o comerciante, o jornalista, o latifundiário, o *bourgeois*, o indivíduo vivo e atuante, de outro – em suma, entre o interesse geral e o privado, o estado político e a sociedade burguesa, entre o homem e sua comunidade. O próprio enfrentamento efetivo, prático, destes interesses particulares obriga, pela interposição entre aquelas volições privadas, a seu refreamento pelo interesse ilusório representado no estado.

A revolução política fragmenta nas suas diversas partes a vida burguesa, mas não as revoluciona nem as critica, antes ao contrário, toma-as por sua base natural. O estado nega a existência política das desigualdades e relega-as ao nível da vida privada, onde continuam existindo: “chega mesmo a fechar os olhos declarando que as oposições *reais* são oposições que não têm nada de *política* e não o incomodam” (MARX; ENGELS, s/d “b”, p. 145). Assim, bem “longe de acabar com estas diferenças *de fato*, o estado descansa sobre estas premissas, só se sente como *estado político* e só faz valer sua *generalidade* em contraposição a estes elementos que formam parte dele” (MARX, 1987e, p. 469).

Estas características não são uma fase, um artil ou um escape da cidadania, mas representam o auge da emancipação política:

Ali onde o estado político alcançou seu verdadeiro desenvolvimento, o homem leva, não só o pensamento, na consciência, mas na *realidade*, na vida mesma, uma vida dupla, uma celestial e outra terrena: a vida da *comunidade política*, na qual se considera *ser coletivo* e a vida da *sociedade civil*, na qual opera como *particular*, vê nos outros e se converte em joguete de poderes estranhos (MARX, 1987e, p. 470).

Desta maneira, para Marx, em sua plenitude e por natureza, o estado político é “a *vida genérica* do homem *por oposição* à sua vida material”, cujos pressupostos egoístas continuam existindo na *sociedade civil* como suas qualidades, fora do estado. No estado o homem é um ser genérico abstrato, “membro imaginário de uma imaginária soberania”, despojado do conteúdo real de sua vida individual e parte de uma falsa generalidade (MARX, 1977, p. 7). Ali os indivíduos lutam pelos seus interesses particulares contra a forma ilusória da comunidade: “precisamente por virtude desta contradição entre o interesse particular e o interesse comum cobra o interesse comum, enquanto *estado*, uma forma própria e independente, separada dos reais interesses particulares e coletivos e, ao mesmo tempo, como uma comunidade ilusória, mas sempre sobre a base real dos vínculos existentes” (MARX; ENGELS, 1985, p. 35). A dominação política burguesa rebaixa a *comunidade política* (a cidadania) ao papel de meio para a realização dos interesses do homem egoísta. Reduz o homem, por um lado, ao membro egoísta da sociedade burguesa, e por outro ao cidadão de estado, ao homem

moral. O pensador renano frisava, porém, que são os próprios caracteres essenciais dos homens, a necessidade natural e o interesse, que os conserva unidos na sociedade burguesa, ou seja, sua coesão situa-se na vida *civil*, e não no *estado* ou vida *política* (MARX; ENGLES, s/d “a”, pp. 180-2).

Marx não desprezava a emancipação política, pelo contrário, considerava-a indubitavelmente um grande progresso – era a “forma mais alta da emancipação humana *dentro* da ordem do mundo atual” –, mas mostrava que não era “a forma mais alta da emancipação humana em geral” (MARX, 1987e, pp. 468; 471). O pensador salientava a inferioridade das discussões relativas à política em comparação com as questões *humanas*, muito mais elevadas: “o *homem* é mais infinito que o *cidadão* e a *vida humana* mais infinita que a *vida política*” (MARX, 1987d, p. 519). O quanto é estreita a emancipação política fica clarificado no fato de o *estado* poder se livrar de peias (como a propriedade privada, no caso do fim do voto censitário, ou da religião, no caso do estado laico) sem que o *homem* se liberte *realmente*, seja efetivamente um homem livre. Já que é do caráter antissocial, da escravidão da sociedade civil que o estado se nutre, “A existência do estado e a existência da escravidão são inseparáveis” (MARX; ENGELS, s/d “b”, p. 175).

Marx salientava a diferença entre a revolução política e a social. Uma “revolução *meramente* política” deixa “intacto o modo de atividade”, tratando apenas “de lograr outra distribuição desta atividade, uma nova distribuição do trabalho entre outras pessoas” (MARX; ENGELS, 1985:81). Assim, derruba o antigo poder e as velhas relações sociais, o que é um ato político necessário, mas é uma revolução parcial de uma classe que se emancipa e instaura seu domínio sobre a sociedade como um todo, tem caráter restrito e imperfeito.

No processo de constituição da sociedade capitalista, a burguesia acabou criando aquele que, de acordo com a apreensão de Marx, seria o seu coveiro, o proletariado, então agente do trabalho estranhado. Esta classe era, de todas as que tinham interesses diferenciados ou antagônicos em relação à burguesia, a única verdadeiramente revolucionária, já que produto mais autêntico da sociedade burguesa, “que não pode emancipar-se sem emancipar-se de todas as outras esferas da sociedade e, ao mesmo tempo, emancipar todas elas [...] e que [...] só pode se recuperar a si mesma através da *recuperação* total do homem” (MARX, 1977, p. 13). Trata-se de “uma massa da humanidade [...] absolutamente ‘despossuída’” que, diferentemente de todas as outras classes que conquistaram o poder político e submeteram a sociedade às suas próprias condições de apropriação, não pode “apoderar-se das forças produtivas sociais senão abolindo o modo de apropriação que era próprio a estas e, por conseguinte, todo modo de apropriação em vigor até hoje” (MARX; ENGELS, s/d “a”, p. 30).

Os trabalhadores não se erigiriam em nova classe dominante, de vez que sua vitória só seria alcançada quando eliminassem a si próprios e a seu contrário. Marx enfatizava que a revolução social seria fruto de uma associação universal do proletariado que, em sua luta contra a burguesia, chegaria ao poder e destruiria violentamente as antigas relações de produção, bases para os antagonismos de classes; suprimiria, dessa forma, “as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe” (MARX; ENGELS, s/d “f”, p. 38). Assim, acabaria com o antigo modo de produção e de intercâmbio e a organização social correspondente e desenvolveria o caráter universal e a energia dos homens, superando seu estranhamento perante seus produtos.

A massa humana despossuída supramencionada forma-se paralelamente “em contradição com um mundo existente de riquezas e de cultura, o que pressupõe, em ambos os casos, um grande incremento da força produtiva”. Este alto grau de desenvolvimento das forças produtivas é pressuposto, sem o qual “só se generalizaria a *escassez* e, portanto, com a *pobreza*, começaria de novo, juntamente com a luta pelo indispensável, e se recairia necessariamente em toda a imundícia anterior” (MARX; ENGELS, 1985, p. 36).

Por outro lado, apenas este desenvolvimento proporciona um intercâmbio universal dos homens; a concorrência reproduz a criação da massa “despossuída” em todos os povos, colocando-os em relação de dependência mútua e criando “indivíduos *histórico-universais*, empiricamente mundiais, em vez de indivíduos locais” (MARX; ENGELS, 1985, pp. 36-7). Se não fora assim, o comunismo teria apenas caráter localizado, as potências do intercâmbio não poderiam se desenvolver universalmente e se tornarem insuportáveis, e toda ampliação deste intercâmbio interferiria mortalmente no comunismo local. Mas, posto em nível mundial – e, portanto, histórico-universal –, o proletariado poderia fazer uma revolução que imporia a liberação de cada indivíduo das travas nacionais e locais.

Reafirmava que “os proletários, para se fazer valer pessoalmente, necessitam acabar com sua própria condição de existência anterior, que é ao mesmo tempo a de toda a anterior sociedade”, motivo pelo qual estavam em contraposição com “e necessitam destruir o estado para impor sua personalidade” (MARX; ENGELS, 1985, p. 90). Sendo a política energias sociais desapossadas e desfiguradas, Marx afirma:

Só quando o indivíduo real recobra dentro de si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em *ser genérico*, [...] quando, portanto, não aparta já de si mesmo a força social sob a forma de força *política*, podemos dizer que se leva a cabo a emancipação humana. (MARX, 1987e, p. 484)

De acordo com o filósofo, a revolução proletária carrega significado e forma bastante distintos das revoluções burguesas. Enquanto estas se davam aos saltos, colhendo de pronto enormes triunfos,



e rapidamente solidificavam-se, ganhando *corpus* conservador, a revolução social deveria se desvencilhar de toda reverência pelo passado; a fim de dar conta do seu próprio conteúdo, tinha de libertar-se das referências antigas e de preferir o conteúdo real às pomposas manifestações discursivas. A missão do proletariado “não é repetir o passado, mas construir o futuro” (MARX, s/d “b”, p. 62): daí sua originalidade e as transformações que traria, das quais o objetivo máximo é a autoemancipação da classe e a emancipação humana. As revoluções proletárias se diferenciam pela constante autocrítica, dada a grandiosidade de seus objetivos, e pelo seu caráter já multinacional, em contraste com o selo nacional das revoluções burguesas.

Para atingir seus objetivos, seria necessário mudar não mais a forma de governo, mas a própria sociedade. Donde outra diferença: todas as revoluções precedentes haviam sofisticado a suntuosa máquina estatal; a missão do proletariado era, de sua parte, destruí-la. Sendo o poder político “o poder organizado de uma classe para a opressão de outra”, tendo sido suprimidos os antagonismos de classe “e concentrada toda a produção propriamente falando nas mãos dos indivíduos associados, o poder político perderá seu caráter político”. Então, “em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classes, surge uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”, conclui o pensador (MARX; ENGELS, s/d “f”, p. 38).

No auge da sua apreensão do estatuto negativo da politicidade, ao analisar a Comuna de Paris, Marx relembra que “a próxima tentativa de revolução francesa não será mais, como antes, de transferir a máquina burocrática militar de uma mão para outra, e sim de *esmagá-la*”; observava que era exatamente a tal tentativa que “nossos heroicos camaradas do partido” se dedicavam em Paris (MARX, 1986, p. 291). A realidade evidenciara que era necessário um governo que não apenas modificasse as estruturas formais de dominação de classe, mas que eliminasse a própria dominação de classe. “A Comuna era a forma positiva dessa república” (MARX, s/d “e”, p. 80).

Ressaltava que a Comuna não se limitou a administrar a municipalidade, mas efetivamente exerceu todas as tarefas que até então eram realizadas apenas por uma complexa estrutura estatal. Entretanto, “a classe operária não pode simplesmente se apossar da maquinaria estatal tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios objetivos. O instrumento político de sua escravização não pode servir como instrumento político de sua emancipação” (MARX, 2011, p. 169). Donde, um grande feito da Comuna foi ter eliminado o exército, pondo em seu lugar uma guarda nacional composta, fundamentalmente, por operários – era o povo em armas.

Outras instituições também foram destruídas pela prática social da Comuna. Assim, os conselheiros municipais passaram a representar os diversos distritos da cidade, eleitos por sufrágio

universal e destituíveis a qualquer momento, cumprindo, de uma só vez, as funções executiva e legislativa. A “polícia foi imediatamente despojada de suas atribuições políticas e convertida num instrumento da Comuna, responsável perante ela e demissível a qualquer momento” (MARX, s/d “e”, p. 81). Igualmente, os magistrados e juízes eram eleitos e demissíveis. Em todos estes casos, os funcionários daquele “governo dos produtores pelos produtores” recebiam salários de operários. Por fim, tendo desestruturado os meios de repressão física, o exército permanente e a polícia, a Comuna voltou-se à destruição das forças repressivas espirituais do antigo regime, democratizando as instituições de ensino e liberando-as “de toda intromissão da igreja e do estado” (MARX, s/d “e”, p. 81). Marx sintetizava o próprio fato de ter se constituído e agido como a maior medida social da Comuna. “Suas medidas concretas não podiam senão expressar a linha de conduta de um governo do povo pelo povo.” Dentre tais providências, mencionava a abolição do trabalho noturno nas padarias, da aplicação (arbitrária, e que reunia as funções de legislador, juiz, executivo e capitalista) de multas ao trabalhador pelo patrão, e a ocupação e gerenciamento, pelas organizações operárias, dos estabelecimentos fabris fechados.

Era, pois, uma reestruturação profunda: além de apontar para reformas econômicas, aqueles órgãos estatais puramente repressivos eram simplesmente extirpados, e as “suas funções legítimas”, restituídas “aos servidores responsáveis dessa sociedade” (MARX, s/d “e”, p. 82). A Comuna não se opunha, por suas medidas práticas, a esta ou aquela forma de estado, mas ao estado *tout court*:

Foi, portanto, uma revolução não contra essa ou aquela forma de poder estatal, seja ela legítima, constitucional, republicana ou imperial. Foi uma revolução contra o estado mesmo, este aborto sobrenatural da sociedade, uma reassunção, pelo povo e para o povo, de sua própria vida social. Não foi uma revolução feita para transferi-lo de uma fração das classes dominantes para outra, mas para destruir essa horrenda maquinaria da dominação de classe ela mesma. Não foi uma dessas lutas insignificantes entre as formas executiva e parlamentar da dominação de classe, mas uma revolta contra ambas essas formas, integrando uma à outra, e da qual a forma parlamentar era apenas um apêndice defeituoso do executivo (MARX, 2011, p. 127).

Seu significado universal advém da execução de uma missão histórica radicalmente original. A Comuna é propriamente “a reabsorção, pela sociedade, do poder estatal como suas próprias forças vitais, em vez de forças que a controlam e subjugam”. “Ela inaugura a *emancipação do trabalho* – seu grande objetivo –, por um lado, ao remover a obra improdutiva e danosa dos parasitas estatais [...] e, por outro lado, ao realizar o verdadeiro trabalho de administração local e nacional.” (MARX, 2011, p. 131)

A Comuna é a forma política da emancipação social, o momento propriamente político da revolução social, à qual está destinado o desmonte do aparelho estatal-parlamentar; este, porém, não constitui senão a forma política do antigo estado de coisas, não é a vida real das classes dominantes.

Neste sentido, a Comuna não tem o pendor de eliminar a luta de classes, abolir a dominação classista, já que esta não representa um interesse particular, mas a emancipação geral do trabalho, base da vida individual e societária. Apresenta, contudo, as formas racionais que permitem à luta de classes atravessar suas diversas fases de modo mais humano e racional. Trata-se de uma forma social nova, a única capacitada a regenerar a França: “teria devolvido ao organismo social todas as forças que até então vinham sendo absorvidas pelo estado parasitário, que se nutre à custa da sociedade e freia seu livre movimento” (MARX, s/d “e”, p. 83).

Neste sentido, a Comuna de Paris foi uma experiência inédita até aquele momento e se contrapôs diretamente ao bonapartismo. “O segundo império foi a forma final dessa usurpação estatal. A Comuna foi sua direta negação” (MARX, 2011, p. 127). De um lado, o exemplo máximo da decadência do poder criador burguês, as tendências estranhadas do estado capitalista levadas ao paroxismo, a celebração da velhacaria e a velharia; de outro, uma forma de organização nova, elástica, propositiva e prospectiva, inflada pelo vigor da juventude e pela reincorporação das forças sociais outrora extorquidas pelo estado.

## **Considerações finais**

Em suas análises, Marx explicitou a gênese do bonapartismo e mostrou a que necessidade social ele veio atender. Diante da ameaça proletária, o regime de dominação política direta pela burguesia inviabilizava sua segurança e ela queria libertar-se destas preocupações; o exercício direto do poder político só lhe trazia dissabores e perturbava seus negócios; por conseguinte, ela desejava substituir sua impotência coletiva pela força marcante de uma individualidade. Assim, atuou conscientemente no sentido de robustecer Bonaparte e instilar-lhe ânimo golpista e aquiesceu com o domínio simples e impudico da força sobre toda a sociedade. O medo da luta de classes principiava a forjadura do bonapartismo, sem que tenha havido nenhuma transgressão da natureza do estado, e levou a burguesia a desdizer, aferrar, desdenhar e esbulhar, paulatina e irremediavelmente – e por fim dispensar – o próprio poder parlamentar, aumentando *pari passu* o poder do presidente Bonaparte. A nação, que sob a república parlamentar já tomara como sua vontade a lei da classe dominante, abdicava até de acalentar pretensões próprias e se submetia à autoridade executiva.

O bonapartismo era, dizia o pensador alemão, o único governo possível numa situação em que a burguesia decaía, mas o proletariado ainda não chegara à potência necessária para assumir as rédeas do poder. Minimizando as lutas de classes, libertou a burguesia de suas preocupações políticas e

encheu-lhe os bolsos, aprimorando o estado, mecanismo de guerra contra o trabalho. Sob o bonapartismo, o poder executivo alcançou a máxima heteronomia em relação à nação, permitindo até que um indivíduo medíocre estivesse à cabeça do aparato estatal. Bonaparte, representante do poder executivo autonomizado, considerava-se guardião da ordem burguesa e árbitro dos conflitos sociais. Tomando para si a manutenção da ordem, fingia balancear sua essência conservadora, no plano social, com concessões e conciliações confusas, limitadas e controladas. Sob o “baixo império” bonapartista, a França conheceu um inaudito desenvolvimento nos ramos da indústria e do comércio e, mais ainda, da especulação. Já a política externa bonapartista caracterizava-se pela beligerância, exploração e difusão de preconceitos nacionais e incapacidade gerencial. Somada a tais características sua política externa agressiva, Marx concluía que era a forma mais prostituída do poder estatal e, portanto, sua *última* forma.

Marx asseverava que a república parlamentar, ainda que uma forma de dominação burguesa, era menos perversa para os trabalhadores e, ademais, permitia às lutas de classes alcançar sua forma mais pura, mais clara e mais radical, possibilitando sua superação. Neste sentido, o bonapartismo refreia a luta de classes ao interpor o estado (na pessoa ou instituição que é seu representante direto) entre as classes sociais em pugna e concede, assim, uma sobrevida ao capitalismo. Por outro lado, porém, a ruína da república parlamentar carrega em germe a vitória da revolução proletária. Com efeito, as revoluções aperfeiçoaram e centralizaram o parlamento para, em seguida, derrubá-lo. Chegara a vez do executivo: tratava-se de seu aprimoramento e máxima centralização; neste processo, necessariamente seriam aguçadas suas contradições, o que abriria a possibilidade histórica de sua destruição, numa atividade preliminar importantíssima. Se todas as revoluções apenas burilaram esta máquina, a revolução social do século XIX encontrava-se num grau de maturidade suficiente para destruí-la.

No desvendamento da origem, do caráter e das formas específicas que a política assume entre os atributos do ser social, Marx chegou a uma percepção que inverte a concepção tradicional, positiva, da política, que a vê como constitutiva do ser social – mais que isso, seu distintivo, máxima expressão de sua racionalidade. Marx criticava a política em suas bases, ou seja, não pretendia cobrar do estado uma postura ainda mais política, democrática, global, mas censurava ontologicamente a própria política, suas *premissas*. A crítica marxiana adquire estatuto ontológico, de vez que investiga a natureza do ser social para averiguar a pertença ou não deste predicado. Mais ainda: é *ontonegativa*, pois percebe a politicidade como acessória, contingente, não essencial, não inerente ao homem, gestada que é pelas tibiezas, contraditoriedades e necessidades das sociedades de classes. Trata-se,

pois, de uma força social alienada, usurpada, pervertida, estranhada; uma perfectibilização deste atributo significaria a agudização das suas contradições.

No bojo de tais críticas, deve-se salientar a censura marxiana dos limites da própria prática política – adstringente, de parcas fronteiras, de minguada eficácia – e a conseqüente reafirmação da sociabilidade como esfera resolutive, já que verdadeira essência do homem. Fica evidenciado o caráter parcial e limitado da política e da emancipação política – que liberta o homem egoísta, fragmentado, impotente, base do estado – em face da emancipação humana. Fora posta por uma revolução apontada como parcial, desfrute limitado da liberdade, estágio transitório que deveria ceder passo à emancipação universal, humana, advinda da revolução radical, que teria então como agente o proletariado, classe cujos grilhões eram profundos e generalizados, que significava a perda do homem para si mesmo e que só se poderia recuperar com a recuperação total do homem.

Emancipação humano-societária é reintegração e recuperação daquelas forças sociais alienadas na política, aquisição da capacidade de autorregulagem e dispensa da mediação da política. A revolução social necessita da forma política enquanto etapa inicial, tem objetivos transitórios e específicos, de destruição da antiga sociedade, do estado e da política; faz-se necessário ir mais além e construir formas organizacionais que inibam e desmontem o aparato político que opõe ao homem suas próprias forças alienadas.

Não poderia ser mais clara a explicitação do *télos* a perseguir. O fim último do socialismo, reitera o pensador alemão, não é a constituição de um novo estado nem o domínio de uma nova classe sobre as demais, mas a reconciliação do trabalhador com os outros homens, com sua própria essência, a emancipação universal, humana. Assentado na contradição entre a vida pública e a vida privada, o estado só pode manter diante dela uma posição administrativa; jamais poderia atentar contra este que é o ventre que o trouxe à luz e sua lei é a impotência.

Pode-se afirmar que a apreensão marxiana do *estatuto negativo* da política encontrou seu auge na análise da Comuna de Paris, experiência inédita até então, que se contrapunha diretamente ao bonapartismo. Estavam, de um lado, o exemplo máximo da decadência da burguesia, as tendências estranhadas do estado capitalista levadas ao paroxismo; de outro, uma forma de organização nova, elástica, despojada de caráter repressivo, propositiva e prospectiva. A Comuna mostrava como seriam ações e providências que tornam desnecessário o próprio estado. Enquanto todas as revoluções anteriores apenas o burilaram, a revolução social encontrava-se num grau de maturidade suficiente para desbaratá-lo. Assim, devolveria ao organismo social suas potências até então sugadas pela excrescência parasitária estatal. A Comuna, eco do clamor pela república social que se ouvia em

fevereiro de 1848, era a forma política nova, finalmente descoberta, da emancipação econômica do trabalho, produto da única classe com “iniciativa histórica”.

### **Referências bibliográficas**

- CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. A determinação ontonegativa da politicidade. *Revista Ensaio Ad Hominem* n. 1, t. III – Política. São Paulo, Ad Hominem, 2000.
- MARX, K. “Discurso pronunciado na festa de aniversário do *People’s Paper*”. In: *Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas* v. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d “a”.
- \_\_\_\_\_. “A guerra civil na França”. In: *Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas* v. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d “b”.
- \_\_\_\_\_. “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução”. *Revista Temas de Ciências Humanas* n. 1. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- \_\_\_\_\_. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- \_\_\_\_\_. “El Crédit Mobilier”. In: MARX, C.; ENGELS, F. *Obras fundamentales* v. 11. México: Fondo de Cultura Económica, 1987a.
- \_\_\_\_\_. “El Crédit Mobilier de Francia (segundo artigo)”. In: MARX, C.; ENGELS, F. *Obras fundamentales* v. 11. México: Fondo de Cultura Económica, 1987b.
- \_\_\_\_\_. “El Crédit Mobilier de Francia (terceiro artigo)”. In: MARX, C.; ENGELS, F. *Obras fundamentales* v. 11. México: Fondo de Cultura Económica, 1987c.
- \_\_\_\_\_. “Glosas críticas marginales al artículo: ‘El rey de Prusia y la reforma social’. Por un prussiano”. In: *Obras fundamentales* v. 2. México: Fondo de Cultura Económica, 1987d.
- \_\_\_\_\_. “Sobre la cuestión judía”. In: *Obras fundamentales* v. 2. México: Fondo de Cultura Económica, 1987e.
- \_\_\_\_\_. “Luchas de clases en Francia de 1848 a 1850.” In: MARX, C.; ENGELS, F. *Obras fundamentales* v. 5. México: Fondo de Cultura Económica, 1989a.
- \_\_\_\_\_. “La Revolución de Junho”. In: MARX, C.; ENGELS, F. *Obras fundamentales* v. 5. México: Fondo de Cultura Económica, 1989b.
- \_\_\_\_\_. “A guerra civil na França (segundo rascunho)”. In: *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Correspondance*. Moscou: Éditions du Progrés, 1976.
- \_\_\_\_\_. *La ideologia alemana*. Buenos Aires: Ediciones Pueblos Unidos/Editorial Cartago, 1985.
- \_\_\_\_\_. “Manifesto Comunista”. In: *Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas* v. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d “a”.
- \_\_\_\_\_. *A sagrada família ou crítica da crítica crítica*. 2 ed. Lisboa/São Paulo: Editorial 70/Martins Fontes, s/d “b”.
- RUBEL, Maximilien. “Karl Marx devant le bonapartisme”. In: MARX, Karl. *Les luttes de classes en France et autres textes*. Paris: Gallimard, 2002.